

**BOLETIM O LEME: AS PESCADORAS ARTESANAIS DE PERNAMBUCO****O LEME NEWSLETTER: THE ARTISAN FISHERWOMEN OF PERNAMBUCO**Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão<sup>1</sup>Amanda Gonçalves Pereira<sup>2</sup>**RESUMO**

O texto identifica e analisa publicações do boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, O LEME, sobre as lutas e conquistas das mulheres pescadoras. A abordagem epistemológica é feminista, ancorada nas categorias divisão sexual do trabalho e políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa documental, realizada no acervo/biblioteca da Pastoral, em um acervo de 120 exemplares publicados no período de 1972 a 2004. No universo pesquisado foram sistematizadas 36 publicações, sobre as pescadoras. As estratégias de comunicação popular do periódico chamam para o centro do debate as demandas das pescadoras e pescadores, e constrói uma narrativa popular, crítica e emancipatória para essa população. A análise do LEME revelou que havia uma preocupação dos agentes do CPP com as condições ainda mais problemáticas das mulheres pescadoras. Dessa forma, a pesquisa conclui que o trabalho de assistência da pastoral, certamente, foi impulsionador de organizações políticas e de conquistas das pescadoras, e o LEME foi importante instrumento de ressonância e difusão dessas movimentações. Ainda que sua retórica católica seja reticente, e em alguns momentos naturaliza o sexismo e o patriarcado.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres pescadoras; O Leme; Conselho Pastoral dos Pescadores.

---

<sup>1</sup> Docente Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutorado em Estudios Iberoamericanos – Universidade Complutense de Madrid. Publicações e coordenação de projetos de pesquisa e extensão sobre gênero e pesca artesanal. Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE [www.gpdeso.com](http://www.gpdeso.com). E-mail: [maria.aleitao@ufrpe.br](mailto:maria.aleitao@ufrpe.br).

<sup>2</sup> Cientista Social e Assistente Territorial de Economia Solidária Jaboatão dos Guararapes. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE. Recebeu o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, nos anos 2012 e 2016, categorias estudantes de graduação e pós-graduação. Atuação: gênero na pesca artesanal, relações étnico-raciais, comunicação popular e alternativa. E-mail: [amanda\\_pereira88@hotmail.com](mailto:amanda_pereira88@hotmail.com).

**ABSTRACT**

The text identifies and analyzes publications in the newsletter of the Pastoral Council of Fishermen, O LEME, on the struggles and achievements of women fishers. The epistemological approach is feminist, anchored in the categories of sexual division of labor and public policies. It is a documental research, carried out in the Pastoral collection/library, in a collection of 120 copies published in the period from 1972 to 2004. In the studied universe, 36 publications were systematized, about the fisherwomen. The periodical's popular communication strategies call the demands of fisherwomen and fishermen to the center of the debate, and build a popular, critical, and emancipatory narrative for this population. LEME's analysis revealed that there was a concern of CPP agents with the even more problematic conditions of female fishers. In this way, the research concludes that the pastoral assistance work, certainly, was a driver of political organizations and achievements of the fishermen, and O LEME was an important instrument of resonance and dissemination of these movements. Although its Catholic rhetoric is reticent, and at times it naturalizes sexism and patriarchy.

**KEYWORDS:** female fishermen; O Leme; Pastoral Council of Fishermen.

“A mulher também é gente! não haverá libertação, nem promoção do pescador sem a libertação, sem a promoção da mulher. O que estamos fazendo para dar vez à mulher?” (O Leme, 1972).

**INTRODUÇÃO**

O artigo se propõe a identificar e analisar narrativas do boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, O LEME, sobre as lutas e conquistas das mulheres pescadoras, a partir de uma abordagem epistemológica feminista, ancorada nas categorias divisão sexual do trabalho<sup>3</sup>, políticas públicas com transversalidade de gênero<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Kergoat (2003) afirma que a divisão sexual do trabalho está fundamentada na socialização das relações sociais de sexo; culturalmente adaptada a cada sociedade. Atua de forma a destinar prioritariamente aos homens a esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva e, paralelamente estabelece uma hierarquia na qual homens realizam atividades e ocupam espaços de “forte valor social agregado”.

<sup>4</sup> O conceito de políticas públicas com transversalidade se constituiu em pauta dos movimentos de mulheres, sua operacionalização implica que “os governos, não unicamente sua incorporação em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, mas um impacto vinculante a ser assimilado pelas políticas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental. Cada ação política deveria contemplar tal perspectiva, uma vez que estaria sempre posta: modificar as condições de vida das mulheres e melhorar sua condição de empoderamento” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p.40). Para aprofundar a utilização do conceito na pesca artesanal ler: (LIMA, 2013).

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

Para tanto, mapeamos no discurso do boletim O LEME as notícias e reflexões sobre as pescadoras<sup>5</sup>, verificando de que maneira as mudanças relacionadas ao protagonismo das mulheres são retratadas no periódico, na perspectiva política, de inserção aos espaços de poder, e no acesso às políticas públicas. A coleta de dados do O LEME se propôs a identificar as notícias sobre as mulheres pescadoras a partir das indagações: desde quando as mulheres aparecem nas notícias? Com qual frequência elas aparecem? Quais as temáticas informadas?

A pesquisa leva em consideração a divisão sexual do trabalho, característica dessa atividade, que ao longo da sua história segrega os espaços da pesca entre “masculinos” e “femininos”, excluindo quase sempre as mulheres dos processos decisórios (ALENCAR, 1991); (MANESCHY, 1995); (MOTTA-MAUÉS, 1999); (WOORTMANN, 2007); (GEBER, 2013), (LEITÃO, 2019). A exclusão social e a falta de políticas públicas com transversalidade de gênero também foram um agravante, que se expressa no tempo de acesso das mulheres ao Registro Geral da Pesca<sup>6</sup>, uma vez que, há menos de cinquenta anos<sup>7</sup>, elas tiveram o reconhecimento de sua secular atividade produtiva.

Desde a década de 1970, as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal em Pernambuco vêm se organizando e construindo pautas de lutas por seus direitos sociais. É possível ver um traço dessa realidade expressa em dados do Conselho Pastoral dos Pescadores e do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura, segundo os quais ao fim de 2010, das 40 Colônias de pescadores e pescadoras e 28 Associações de pesca, 13<sup>8</sup> eram presididas por mulheres.

---

<sup>5</sup> Consideramos, neste artigo, a definição de pescadoras, que inclui as mulheres que atuam nas diversas instâncias da cadeia produtiva da pesca artesanal, ou seja, as ações de coleta de peixes, mariscos, beneficiamento do pescado entre outras atividades.

<sup>6</sup> Segundo o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura, o Registro Geral da Pesca-RGP, está acessível a “toda pessoa que faz da pesca a sua profissão ou o seu principal meio de vida”. Com o RGP, o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo Federal. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/monitoramento-e-controlempa/registro-geral-da-pesca-rgp>. Acesso em: 15 de ago. de 2013.

<sup>7</sup> Para aprofundar o tema ler: (LEITÃO, 2009); (LEITÃO, 2010); (LEITÃO, 2012); (LEITÃO, 2013); (LEITÃO, 2019).

<sup>8</sup> Apesar desta sub-representação das mulheres pescadoras nos espaços de poder e decisão, nos primeiros 15 anos do século XXI cresceu o número de mulheres presidentes de Colônias de 01 Colônia para 13 Colônias. Sobre o tema de mulheres e espaço de poder consultar o site [www.gpdeso.com](http://www.gpdeso.com) do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade – CNPq/UFRPE, onde há um acervo de fotos, vídeos, trabalhos científicos, radionovelas e memórias de mulheres presidentes de Colônias. Sobre as mulheres na presidência de Colônias de pescadores e pescadoras, consultar (LEITÃO, 2019).

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

Este processo de empoderamento das mulheres dialoga diretamente com as ações do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A instituição se define em seu site<sup>9</sup> como: “Uma pastoral social ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”. Instituição constituída por leigos, religiosos, freiras e padres comprometidos com pescadores e pescadoras artesanais.

O trabalho do CPP criado em 1968 em Olinda, pelo frei Alfredo Schnuettgen, se expandiu pelo litoral Norte e Sul de Pernambuco e por outros estados do Nordeste. Fundamentado nas concepções da Teologia da Libertação<sup>10</sup>, recebeu apoio de Dom Helder Câmara, reconhecido nacionalmente pela CNBB desde 1976. A princípio recebeu o nome de Comissão Pastoral dos Pescadores, com sede em Recife. Só em 1988 tornou-se uma entidade autônoma, com seu próprio estatuto, e passou a se chamar Conselho Pastoral dos Pescadores (SIRY, 2003), (CALLOU; TAUKE SANTOS, 2003).

No bojo da luta pela organização política dos pescadores (as) enquanto categoria profissional, em 1972, é criado o boletim informativo do CPP – O LEME –, com o objetivo de promover a circulação das informações pertinentes aos homens e mulheres que retiravam da pesca seu sustento. A pastoral procurou uma linha de comunicação paulofreiriana, horizontal e dialógica, que colocasse no centro do debate os interesses desse povo.

Dentre as questões que são destaque no periódico estão as conquistas e violações de direitos dos pescadores e pescadoras; as divulgações de campanhas locais, regionais e nacionais – como a recente Campanha Nacional Pela Regulamentação do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e contra a privatização desses estuários, essenciais para a manutenção dessas comunidades, tanto economicamente como ambiental e

---

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www.cppnac.org.br>. Acesso em 26 de jun. de 2014.

<sup>10</sup> A teologia da libertação é uma corrente teológica que nasceu na Alemanha, mas se desenvolve mais intensamente na América Latina, após a reforma na Igreja Católica conhecida como Concílio Vaticano II, na segunda metade do século XX. A corrente baseia-se na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Ela propõe o engajamento político dos cristãos contra as injustiças sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e com ideais de esquerda. Sua materialização se deu com o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento Educacional Brasileiro (MEB). Essas organizações influenciaram movimentos sociais por todo Brasil, inclusive as Colônias de pescadores que contaram com o apoio do CPP em sua composição como entidade de classe. (TORRES, 2012)

culturalmente –; além da própria visibilização das ações políticas, protestos e mobilizações convocados pelas lideranças dos movimentos sociais da pesca pelo país.

O artigo está organizado em três partes, nas quais se explicita o recorte metodológico e processo de investigação, seguido de um debate sobre as relações de gênero na Pesca Artesanal e a análise de publicações sobre as mulheres pescadoras no boletim O LEME.

## **RECORTE METODOLÓGICO E PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO**

O acervo de O LEME se constituiu na principal fonte de dados desta pesquisa qualitativa, um total de 120 exemplares do periódico, composto pelos jornais impressos e arquivados na biblioteca localizada na Sede do CPP em Olinda, Pernambuco. A segunda fase de delimitação do corpus da pesquisa envolveu a leitura destes 120 exemplares, para mapear as notícias e reflexões publicadas sobre as mulheres pescadoras. Desta leitura se elaborou uma tabela na qual foram identificadas 36 publicações sobre as pescadoras, no período entre 1972 à 2004<sup>11</sup>, na qual se identificou a data, o título, ilustração, tema geral da publicação, uma síntese dos assuntos abordados e um resumo da notícia relativa às mulheres, para posterior análise das notícias. Para este artigo identificamos dois principais temáticas debatidas pelo O LEME e seus desdobramentos:

1. A questão da divisão sexual do trabalho e suas consequências na precarização do trabalho das pescadoras, e na vulnerabilidade social que as atinge.
2. A luta e o engajamento político das mulheres pescadoras por direitos e políticas públicas que lhes contemplem, e pela ocupação dos espaços de poder e tomada de decisões;

Esses dois eixos temáticos se configuram como nossas principais categorias de análise. O jornal está configurado no debate acerca da comunicação popular e alternativa, que caracteriza a publicação enquanto um instrumento de informação da pastoral da pesca.

---

<sup>11</sup> Com uma pausa na qual o boletim deixou de ser publicado entre os anos de 1993 a 1997.

Importante ressaltar que o surgimento de instrumentos de comunicação, a exemplo de O LEME se deu a partir do trabalho de alas progressistas da Igreja Católica junto aos movimentos sociais que se organizam no sentido de estabelecer uma comunicação popular como alternativa aos meios hegemônicos. Essa forma popular de comunicação, da qual O LEME tem suas origens, se desenvolveu no Brasil e América Latina nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Segundo (PERUZZO, 2006, p. 2), não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares. Para a autora, falar em comunicação popular e alternativa, significa falar em cultura e, desse modo, demanda introduzir a dimensão do conflito presente no espaço onde a cultura se estabelece.

## **GÊNERO E PESCA ARTESANAL**

As mulheres sempre fizeram parte do espaço da pesca, em suas mais heterogêneas formas de existência. Seus saberes tradicionais, repassados por outras gerações, se somam às necessidades, muitas vezes impostas pela falta de recursos financeiros, em que a pesca artesanal se apresenta como fonte de renda e, em muitos casos, subsistência familiar, como mostram os estudos de (GERBER, 2013) e (MANESCHY, 1995).

A despeito da atividade pesqueira, em especial a pesca artesanal, estar à margem da política de desenvolvimento ruralista brasileira, que privilegia o agronegócio, os grandes produtores e a pesca industrial/empresarial em seu detrimento, é possível constatar que as mulheres ainda são as mais excluídas dos direitos sociais, pela carência de políticas públicas e investimentos econômicos<sup>12</sup>, mesmo que elas tenham uma atuação

---

<sup>12</sup> Nesse sentido, as autoras (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2012, p. 714) ressaltam que: “Não obstante as investigações, políticas setoriais têm sido incipientes na incorporação da dimensão de gênero. Por sua vez, ao se tratar de comunidades pesqueiras artesanais – também referidas como de “pescadores de pequena escala” –, é preciso considerar que se trata de comunidades onde permanece a articulação das várias dimensões da vida (trabalho, lúdico, religião), enquanto o foco maior das políticas reside nos objetivos de produção em si e de qualidade de vida entendida como geração de renda. Além disso, ainda é baixo o interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, o que se reflete na falta de estatísticas. A dinâmica das comunidades costeiras e, portanto, de suas bases de recursos – águas, peixes, florestas adjacentes etc. – depende justamente de uma variedade de atividades, de homens e de mulheres, interligadas de maneira complexa”.

marcante nesse cenário, como reconhece a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):

Millones de mujeres de todo el mundo trabajan, con o sin remuneración, en el sector pesquero. Aunque ellas participan sobre todo en las ocupaciones anteriores y posteriores a la pesca misma, a veces también participan en ésta. En el ámbito artesanal, sus actividades de preparación consisten en elaborar y reparar las redes, canastos y vasijas, y los anzuelos para la carnada, además de prestar servicios a los barcos pesqueros. Ellas mismas pescan por razones comerciales o de subsistencia, a menudo en canoas en zonas próximas a los lugares donde viven. También recogen larvas de lagostinos y pescados para alevines para surtir los estanques de acuicultura. Recogen algas marinas y mariscos, y a menudo trabajan con los hombres en el mar<sup>13</sup>.

A partir dessa afirmação é possível verificar que as mulheres desempenham trabalhos fundamentais para a manutenção das comunidades pesqueiras, embora muitas vezes a sua condição de mulher seja um obstáculo no acesso a recursos e políticas que lhes contemplem e, até mesmo, que lhes legitime. Os trabalhos<sup>14</sup> que são exercidos por elas em terra, como a limpeza do pescado, conserto de redes e utensílios, e o processo de beneficiamento do pescado, são dentro da estrutura patriarcal<sup>15</sup> que mantém as relações de gênero na pesca, desvalorizadas.

Nesse sentido, (MANESCHY *et al*, 1995, p. 148) afirmam que a fragmentação do seu trabalho entre as atividades domésticas e não domésticas: “impede também o reconhecimento e a valorização do trabalho da mulher, notadamente quando se trata da atividade pesqueira, onde sua atuação é vista como incomum quando, na verdade, pode constituir estratégia de sobrevivência do grupo familiar”. Entretanto, a falta de reconhecimento do labor das mulheres não é uma especificidade da pesca, mas antes, reflexo da subordinação feminina que é maior, e de modo geral está presente em diversas

<sup>13</sup> Disponível: <http://www.fao.org/FOCUS/S/fisheries/women.htm>. Acesso em 19 de jun. de 2015.

<sup>14</sup> (MANESCHY *et al*, 2015, 716), no artigo as autoras mapeiam no QUADRO 1 – Trabalhos feitos por mulheres no setor pesqueiro ou em comunidades pesqueiras em diferentes regiões do mundo.

<sup>15</sup> O conceito é utilizado neste artigo, a partir do debate feminista, o qual o define a partir do poder do homem sobre a mulher, gerador de desigualdades em todos os aspectos na vida das mulheres, no caso aqui do estudo, a divisão sexual do trabalho, produz no patriarcado um lugar de invisibilidade, de submissão hierárquica e conseqüentemente de desvalorização. Para aprofundar o tema patriarcado ler: (AGUIAR, 2015) e (SAFFIOTI, 1987, 2004).

esferas (LEITÃO, 2010), (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES 2012). Para a mudança da realidade da pesca (GERBER, 2013, p. 34) afirma que:

Urge rever o conceito que preconiza que a pesca é retirar o peixe do mar e quem a faz, por definição, nos dicionários de Língua Portuguesa, um ser masculino singular: pescador. A pesca é, envolve e implica muito mais do que isso. Trata-se aqui de ponderar que inclui trabalhadoras que, tanto quanto os homens, são profissionais da pesca.

As pesquisas sobre as relações de gênero na pesca e sobre o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras, tais como: (MANESCHY,1995), (ALENCAR,1993), (MOTTA-MAÚES, 1999), (WOORTMANN,2007), (LEITÃO, 2019), em geral, apontam para uma acentuada divisão sexual do trabalho e para a visibilidade do trabalho não remunerado exercido por essas mulheres para a manutenção das suas comunidades, a despeito de serem politicamente afetadas pela dupla jornada de trabalho.

Vale ressaltar que desde 1919, quando as colônias de pesca foram criadas sob a tutela da Marinha de Guerra, as mulheres não eram autorizadas a se filiar. Considerando que ao longo de mais de um século, o rompimento desse ciclo se mostra distante, apesar das ações contra hegemônicas, muitas delas retratadas pelo O LEME.

Nesse contexto, a regulamentação da atividade pesqueira para as mulheres só foi oficializada em 1978<sup>16</sup> e o acesso ao documento oficial, carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE, em 1979, um instrumento essencial para garantir o acesso aos direitos trabalhistas, como a aposentadoria e outros programas sociais que são disponibilizados pelo poder público (LEITÃO, 2010). Sobre essa conquista histórica O LEME, afirma:

Apesar das inúmeras dificuldades, as pescadeiras se mostram dispostas a lutar pelo direito de possuir o seu documento de Pescadeira Profissional. É comovente observar a perseverança silenciosa com que elas se deslocam de um lugar para o outro a fim de tirar a "folha corrida", a "Carteira de identidade", ou, no caso de não ter o registro civil de nascimento, o "atestado de pobreza" para a isenção da multa exigida. Em Itapissuma, 56 pescadeiras já conseguiram tirar boa parte dos documentos. Dessas 56, 34 já estão com os documentos com pleitos

---

<sup>16</sup> O direito foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 81.563 de outubro de 1978.



na SUDEPE, aguardando receber muito em breve sua carteira de Pescadeira Profissional. (O LEME, 1979, p. 6).

Essa tardia regulamentação profissional para as mulheres do setor é reflexo de uma política de precarização e marginalização da pesca no país, em especial a pesca artesanal. Em diversos trechos de (O LEME, 1983, p. 4-5) essa situação de abandono é retratada no N° 81 do periódico, publicado no mês de abril. O texto comenta a campanha da fraternidade do referido ano, “Fraternidade Sim / Violência Não”, a qual denuncia a situação de precariedade da classe, a exemplo da afirmação: “ companheiros, nós sentimos na própria pele as violências cometidas contra nós e contra a nossa categoria. Está aí a poluição dos rios, a devastação dos mangues, a falta de assistência médica etc.”

Neste contexto, a realidade era e ainda é mais crítica para as mulheres. Essas se encontram às margens de um universo já periférico. O direito de se cadastrar como pescadora, e assim acessar os benefícios e políticas públicas voltadas para quem exerce a profissão foi conquistado por meio de reivindicações dessas mulheres, particularmente, as pescadoras de Itapissuma e Ponte dos Carvalhos, que acamparam na frente da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE, antigo órgão responsável pela atividade, até que o direito fosse garantido, é claro, através de muita manifestação. Sobre esse fato O LEME, de maio de 1979, notícia: Um grupo de pescadeiras que havia enviado seus documentos desde novembro do ano passado à SUDEPE em fins de março decidiu ir até Recife reclamar pessoalmente do Delegado Regional da SUDEPE, a longa demora. Quando finalmente foram atendidas em suas demandas sobre o registro da pesca.

Partindo dessa perspectiva, lembramos que apenas no ano de 1989 foi eleita a primeira mulher presidente de uma Colônia de Pescadores (as) no Brasil. Seu nome é Joana Rodrigues Mousinho, mulher negra e presidente mais atuante da colônia Z-10, localizada no município de Itapissuma-PE. Vale mencionar que em Itapissuma ocorreu o importante trabalho de assessoria e assistência do CPP e da Irmã Nilza Montenegro<sup>17</sup>, que fazia parte da congregação das Dorotéias, graduada em Sociologia. A religiosa realizou atividades de acompanhamento e apoio às causas, especialmente das pescadoras da

---

<sup>17</sup> Para aprofundar o tema, especialmente a atuação da Irmã Nilza Montenegro com as pescadoras em Itapissuma, ver (FURTADO, 2010).

cidade, com observações e reuniões periódicas, e suas ações foram essenciais para que as mulheres conseguissem o direito à carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE (LEITÃO, 2019).

A pesca, assim como em outros campos da nossa sociedade, reproduz as diferenças de gênero. Sobre o conceito de gênero, (BANDEIRA, 2005, p.05), afirma que é:

O conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. A categoria de gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades sócio culturalmente construídas e procurou mudar a atenção de um olhar para mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais.

Sobre as relações de gênero (SCOTT, 1995, p. 86 - 88) destaca o caráter político que permeia as relações de gênero, as quais ao longo da história silenciaram e interditarão a mulher, como uma não agente política referenciada e inscrita, segundo a autora “ o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”.

É característica dessa relação desigual entre o feminino e o masculino a divisão sexual do trabalho. “Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos” (KERGOAT, 2003, p. 55).

Não obstante a essa realidade, a pesca artesanal no Brasil, de acordo com investigações sobre o tema: (LEITÃO, 2012), (GERBER, 2013) (ALENCAR, 1993), (MOTTA-MAUÉS, 1999) e (WOORTMANN, 2007), vem problematizando a naturalização da existência de trabalhos femininos e masculinos. Nesse sentido, (ALENCAR, 1993, p.73), afirma que:

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

A divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras reflete tanto uma visão de mundo como também expressa uma maneira de se apropriar do ambiente produtivo, ou seja, mar e terra. É uma divisão marcada pelo arbítrio, e se baseia fundamentalmente na diferença biológica dos sexos, tomada como referencial para estabelecer a diferenciação dos gêneros.

É neste contexto de desigualdades e exclusões das mulheres trabalhadoras na cadeia produtiva da pesca artesanal, que O LEME, visibiliza os obstáculos a estes sujeitos sociais e, contribui no processo de construção de uma resistência que evidencia desigualdades no modelo androcêntrico, predominante até a inserção oficial das mulheres na pesca artesanal e nos espaços de poder e decisão nas Colônias.

A configuração da divisão sexual do trabalho na cadeia produtiva da pesca é evidenciada na compreensão do equívoco de reduzir a cadeia produtiva da pesca à ação de coletar peixes. O que contribui, ainda mais, para que as mulheres se situem às margens nas concepções de políticas públicas para o setor.

Sobre política pública, (SARAVIA apud GUIMARÃES e LEITÃO, 2020, p. 348) afirmam que:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social [...] condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social. [...] poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa às ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006, p. 28-29).

As publicações de O LEME, evidenciam, como será visto adiante neste texto, nas análises das matérias publicadas, o contexto de exclusão das pescadoras, pela falta de diálogo das políticas públicas<sup>18</sup> com a perspectiva de gênero.

---

<sup>18</sup> Para aprofundar o tema, ler: (BANDEIRA, ALMEIDA, 2013).

## AS MULHERES PESCADORAS E O BOLETIM O LEME

O LEME teve a sua primeira edição em 1972. Naquele momento, foi acordado que o boletim faria parte de um movimento para a promoção dos pescadores, decisão realizada no encontro regional dos pescadores em Olinda-PE, organizado pelo CPP e ocorrido entre os dias 13 e 16 de agosto de 1972, o texto publicado no boletim enfatiza que faria parte de: Um movimento que quer ajudar o pescador a descobrir seu valor como pessoa, pai, [...], profissional [...] Um movimento que quer ajudá-lo a tornar-se gente, homem considerado e respeitado, e finalmente quer despertar nele o espírito associativo e de serviço.

É evidente que a publicação, nesse primeiro momento, tem como objetivo problematizar as condições de existência do homem pescador, ele é o interlocutor e a quem O LEME volta suas principais pautas. Não obstante, também em sua primeira edição, encontramos a seguinte afirmativa: “A mulher também é gente! Não haverá libertação, nem promoção do pescador sem a libertação, sem a promoção da mulher. O que estamos fazendo para dar vez à mulher?” Isto é, ainda que o homem seja a figura central do boletim –, o que não é uma exclusividade apenas do seu discurso, menos ainda em 1972, visto que, como debatido anteriormente, a pesca ainda é uma atividade androcêntrica, até mesmo para o discurso governamental e os órgãos que são responsáveis pelas suas políticas (GERBER, 2013). Mesmo assim, na primeira edição há declaradamente uma preocupação em mencionar a mulher e afirmar que sem a sua libertação, também não haverá a libertação da classe, e segue questionando o que está sendo feito para dar voz a essas mulheres.

A partir desse universo de 120 edições do O LEME, podemos inferir que as principais pautas do periódico são destinadas às demandas mais básicas do contingente que tinham como a pesca sua fonte de renda e seu modo de vida. Questões como direitos humanos, que aparece em várias edições, enfatizando que pescadoras e pescadores são pessoas dotadas de direitos e que esses direitos são primários e fundamentais. Outros assuntos são recorrentes, como o direito de pescadoras e pescadores, enquanto classe, ocuparem as Colônias, as Federações e a Confederação, que durante grande parte do

período ditatorial e em diversos cantos do país, estavam sob o comando de militares ou pessoas ligadas a esses, como salienta O LEME, os “pelegos”. A questão da conquista da Colônia como entidade representativa da classe nordestina, em grande medida, as publicações do boletim, durante as décadas de 1970 e 1980.

A legislação e as políticas públicas também são uma pauta importante na narrativa do O LEME. Ao longo dos anos as legislações que envolviam a pesca artesanal e às políticas públicas voltadas para o setor foram debatidas pelo periódico, algumas edições chegam a publicar as leis e decretos na íntegra, além de comentários com críticas e reflexões. É o caso da publicação de maio de 1979, que traz todo o decreto 81.563, de 13 de abril de 1978. Tal decreto autoriza a emissão da carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE para as mulheres, reconhecendo-as formalmente como pescadoras. O LEME também traz vários abaixo-assinados destinados à criação de leis e políticas públicas. Geralmente esses documentos eram idealizados durante as reuniões do CPP com pescadoras e pescadores, e nasciam a partir de suas queixas.

### **CARTEIRA DE PESCADORA PROFISSIONAL, EXPEDIDA PELA SUDEPE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BOLETIM O LEME**

Identificamos quatro matérias que expressam a visão do boletim sobre a luta das mulheres para obter os direitos trabalhistas, por meio da carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE: o Boletim (O LEME, 1979, p. 6), Ano 7, edição publicada em março, traz uma ilustração que ironiza as pesadas exigências a serem cumpridas pelas pescadoras para terem acesso à carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE e as seguintes informações: “Agora que a profissão de pescadeira já foi legalizada pela lei n 81.563, de 13 de abril de 1978, todas nós podemos ter nossa Carteira Profissional”.

O texto chama a atenção sobre a inclusão oficial das mulheres na cadeia produtiva da pesca, a partir de um decreto, apesar de ser uma profissão milenar e as mulheres historicamente trabalharem na atividade, elas não tinham acesso aos direitos sociais nesta cadeia produtiva. Outra informação importante desta edição é sobre o empoderamento

dessas pescadoras de Itapissuma que lutaram pelo acesso aos direitos trabalhistas, exigindo uma resposta do poder público, a SUDEPE. A colônia de Pescadores e pescadoras de Itapissuma esteve na vanguarda desta luta pelo acesso das mulheres aos direitos sociais e aos espaços de poder e decisão. Muito se deve ao trabalho de conscientização realizado pela irmã Nilza Montenegro.

No mês de maio (O LEME, 1979, p. 7), no Ano 7, continua a publicar sobre a luta das mulheres para obter o reconhecimento oficial da sua atividade de pesca, ao informar: “E que pensar da SUDEPE que deixou o decreto do Presidente da República engavetado, desde abril de 1978 [...]?”

A mesma edição do boletim, traz o decreto 81.563 na íntegra. A narrativa contém uma elaboração discursiva sobre o empoderamento das mulheres e por outro lado evidencia o descaso governamental, a desigualdade de direitos e oportunidades para diferentes segmentos da sociedade. O engavetamento das petições das mulheres é uma expressão do exercício de ação governamental respaldada em lacunas políticas de transversalidade de gênero.

No mês de dezembro (O LEME, 1980, p. 8) em seu Ano 8º, visibiliza, inclusive com dados quantitativos, as conquistas das pescadoras.

Em Itapissuma as pescadeiras estão fazendo um grande esforço para tirar documentos. Os primeiros documentos de pescadeiras que foram para a SUDEPE ficaram lá por quase 6 meses. Diziam que não conheciam o decreto do presidente da República que autorizava a SUDEPE documentar as pescadeiras. Um grupo de 12 pescadeiras se cansou de esperar e resolveu vir até a SUDEPE, os documentos chegaram em 15 dias. Hoje já estão documentadas na área de Itapissuma 220 pescadeiras. A Colônia dá todo apoio. [...] As pescadeiras que têm documento estão animando as que não têm para tirar.

A ausência de reconhecimento institucional da profissão de pescadora é uma das pautas marcantes no discurso do O LEME. Está presente nos primeiros anos do boletim, quando as mulheres ainda não tinham sua profissão reconhecida pela SUDEPE, mas também está presente na narrativa sobre a burocratização nas exigências para se comprovar sua profissão. Ao final do primeiro ano da década de 1980, o texto acima

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

citado, informa que um expressivo quantitativo de mulheres possuía a carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE. A informação de que em 1979, 220 mulheres apresentaram documentação e receberam a carteira de pesca, dialoga com a concepção foucaultiana de que em toda a sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída por uma série de procedimentos que envolvem exclusão, rejeição e deslegitimação. Até hoje quando falamos em mulheres pescadoras, as pessoas perguntam "existem mulheres pescadoras?" Ou o setor público confunde mulheres pescadoras com esposas de pescadores.

A década de 1980 consistiu em um período profícuo para as pescadoras de Itapissuma que se organizaram cooperativamente na jornada para a documentação e que termina com a eleição de Joana Mousinho à presidência da Colônia.

No mês de dezembro (O LEME, 1981, p. 16-17), em seu Ano 9º, publica um relatório da Pastoral que faz um balanço sobre a situação da pesca artesanal no Brasil até o início da década de 1980. Sistematiza uma breve retrospectiva sobre a situação das Colônias, Federações e Confederação de Pesca no país, denuncia o fato de que muitas delas estão entregues nas mãos de pelegos ou pessoas ligadas às forças armadas. Debate sobre a legislação que rege a atividade, suas mudanças e deficiências, inclusive a falta de extensão pesqueira e outros serviços voltados para a valorização da pesca. Resgata as ações realizadas pela pastoral da pesca. Nas páginas 16 e 17 do boletim, evidencia a luta das mulheres de Pernambuco para conseguirem a carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE e transformar a Colônia em uma organização mais cooperativa.

O conjunto destas matérias publicadas no boletim, informam, problematizam, buscam soluções e exemplificam práticas positivas para que as pescadoras possam discutir a legalização da profissão para as mulheres.

Um tema recorrente é a necessidade destas trabalhadoras obterem a documentação que garanta os direitos trabalhistas. Debatem e denunciam as dificuldades impostas pelo Estado para a obtenção da carteira de pesca da SUDEPE (quantidade de documentos, burocracia e a taxa a ser paga), obstáculos quase intransponíveis numa época em que muitas não tinham o registro de nascimento.

As publicações evidenciam a luta das mulheres pela carteira de pescadora profissional, expedida pela SUDEPE e as dificuldades enfrentadas por elas no dia a dia, a pobreza e as especificidades de ser mulher pescadora. Um dos textos é assinado pela Irmã Nilza Montenegro, o qual chama a atenção sobre o trabalho de evangelização e conscientização das mulheres sobre o valor que elas têm na sociedade.

Outro conjunto de matérias abordam questões relacionadas a aspectos relacionados às carências de políticas públicas para os pescadores em geral e especialmente para as pescadoras artesanais, as condições de trabalho e sobrevivência, a carência da previdência social para a categoria e fundamentalmente para as mulheres não legitimadas na cadeia produtiva da pesca e não valorizada nas colônias de pescadores/as. A exemplo da publicação de maio (O LEME, 1974, p. 4), em seu Ano 2, indica os principais problemas vivenciados pelas pescadoras:

As suas condições de trabalho são muito mais miseráveis; Pescando no mangue, entrando na lama às vezes até o pescoço, parecem mais caranguejos do que pessoas humanas; a renda da pescadora é ainda mais baixa do que a do homem; Águas poluídas e insetos prejudicam seriamente sua saúde; Elas não têm nenhuma segurança porque não estão inclusas na lei de previdência social.

No mês de maio (O LEME, 1975, p. 1-3), no Ano 3 e Nº 2, aborda as precárias condições de trabalho das mulheres, nesta edição do boletim são divulgadas as pautas do 4º encontro regional dos pescadores e pescadoras, destacam-se os temas: previdência social; condições de trabalho de pescadores/as; necessidade de construção de casas; a lutas das pescadoras; diferenças dos trabalhos dos homens no mar e das mulheres nos mangues. O texto avalia que as mulheres devido à dupla jornada de trabalho exaustivo não têm condições de educar os filhos, conforme os padrões da época<sup>19</sup>, além disso elas convivem com as águas poluídas pelas usinas; enfrentam os obstáculos inerentes ao fato de não serem reconhecidas como pescadoras, por isso buscavam apoio e reconhecimento no PRORURAL e na Marinha

---

<sup>19</sup> Geralmente as crianças iam com as mães para a maré e muitas não chegavam a ser alfabetizadas. Para mudar este quadro foram necessárias políticas públicas para manter as crianças nas escolas.



Um exemplo de transversalidade de gênero, é publicado em O LEME de abril de 1977, Ano 5, informa que em Itapissuma a Sociedade de Ajuda Mútua – SAMPESI-mudou o estatuto para acolher as pescadoras.

No mês de maio (O LEME, 1982), Ano 10, publica que no dia 18 de abril de 1983, um quantitativo de 91 mulheres se reuniram no seminário em Olinda-PE, para discutir sobre os direitos previdenciários das mulheres e homens da pesca. Como: assistência médica (dentista e oculista); aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão por morte; auxílio funeral; auxílio doença; e amparo previdenciário. As conclusões das pescadoras são que: o dinheiro dos benefícios não dá para nada; o atendimento médico e hospitalar são uma lástima; que outros benefícios deveriam ser oferecidos, como: auxílio natalidade, auxílio maternidade, auxílio reclusão, auxílio funeral para os filhos menores, aposentadoria especial após 25 anos de trabalho, aposentadoria aos 50 anos para as mulheres aos 55 anos para homens direito à casa própria e outros mais.

Este tipo de detalhamento nas demandas por políticas trabalhistas, visibiliza o processo de formação política<sup>20</sup> das pescadoras realizada especialmente pela irmã Nilza Montenegro no bojo de toda ação do CPP e o engajamento destas mulheres em um processo de empoderamento.

No mês de junho (O LEME, 1985), Ano 13, relata a aquisição de embarcações para as pescadoras, obtidas por meio de um projeto da SUDENE e do Centro Josué de Castro. As mulheres de Itapissuma conseguiram cinco barcos para serem usados por trinta pescadoras. O texto informa que as pescadoras se reuniam mensalmente para avaliar seus trabalhos e procurar soluções para seus problemas.

## **MULHERES E MEIO AMBIENTE NO BOLETIM O LEME PESCA**

As questões ambientais entram na pauta dos movimentos sociais, debate alavancado especialmente pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o

---

<sup>20</sup> Para aprofundar o tema ler: (GUIMARÃES, LEITÃO, 2019).

Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972. Dialogar com problemas que envolvem a degradação ambiental e o modelo de desenvolvimento econômico possibilitaram a criação de instituições com a missão de mitigar os prejuízos ambientais. No Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Posteriormente em 1981, são criados instrumentos de gestão ambiental ancorados na Política Nacional de Meio Ambiente. Em Pernambuco em 1976 foi criada a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), responsável pela política ambiental em Pernambuco, desde 1946 havia Estado a Comissão Permanente de Proteção dos Cursos D'Água (CPPCA) substituída pela Comissão Estadual de Controle da Poluição Ambiental (CECPA) na década de 1960, mas não foram bem-sucedidas no controle dos dejetos das usinas e indústrias.

Os problemas são uma constante nas discussões de O LEME, principalmente no que diz respeito à poluição causada pelos resíduos sem tratamento despejados nos rios e mangues pelas usinas e engenhos de açúcar e por algumas fábricas. Essa poluição causava uma grande mortandade de peixes e escoava frequentemente em direção ao mangue, provocando doenças, sobretudo nas mulheres que estavam mais diretamente ligadas ao trabalho no manguezal.

No mês de junho (O LEME, 1984), Ano 12, publica um texto no qual problematiza as questões ambientais, ao indagar “poluição: procuram-se os responsáveis”. A narrativa é construída a partir de notícias sobre um Encontro com as pescadoras para debater sobre a poluição e a devastação dos mangues. Na ocasião concluiu-se que o prejuízo causado pela poluição e devastação dos mangues é especialmente prejudicial para as mulheres que trabalham na captação de mariscos nessas áreas. A poluição causa doenças e diminui também a quantidade de pescado, impactando na sua renda, aumentando a vulnerabilidade destas trabalhadoras. Esta poluição era causada especialmente pelo lançamento indiscriminado de vinhoto pelas usinas de cana-de-açúcar e os resíduos de fábricas nos rios, por exemplo, as de cimento.

As questões de saúde e doenças laborais são temas de diversas edições da publicação, enfatizando que a fome, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, era a grande causadora das enfermidades que atingiam as pescadoras e pescadores. Esse fato

ênfatisa que a pauta do O LEME precisava ser construída a partir de questões elementares das vidas desses homens e mulheres.

Ainda nesse sentido, em novembro (O LEME, 1982), Ano 10, traz uma edição sobre o encontro entre as pescadoras e os agentes do CPP, ocorrido em 10 de outubro daquele ano, com o objetivo de discutir sobre saúde e plantas medicinais. O tema das questões sanitárias continua na pauta e no cotidiano das pescadoras.

Embora a primeira década do século XXI tenha sido marcada por avanços socioeconômicos e pelo início da frágil e tímida distribuição de renda, alguns aspectos da omissão da administração pública com a saúde dessas mulheres continuam semelhantes, como salienta (STADTLER, 2013, p. 3):

Todos os profissionais da saúde, especialmente da pública, deveriam perguntar a seus pacientes: *qual a sua profissão?* Os prontuários e os registros, até o presente, avaliados nos Programas de Saúde da Família locais, contém apenas nome, endereço e, às vezes, um documento de identificação. Falar em doença do trabalho é buscar a prevenção para eliminar os riscos e as condições para recuperação da trabalhadora.

## **MULHERES PESCADORAS, COLETIVIDADE E COOPERAÇÃO NO BOLETIM O LEME**

No mês de agosto (O LEME, 1973, p. 13), Ano 2, relata o 2º Encontro regional dos pescadores, cujas principais pautas do encontro são: INPS e PRORURAL, considerando que são poucos pescadores que gozam dos benefícios da Previdência Social; problematizam estratégias para aproximar a mulher pescadora para as discussões políticas da pesca. Deste debate surge a proposta de ampliar as ações realizadas pelas pescadoras de “Ponte dos Carvalhos- PE, um grupo de mulheres que está se organizando. Seria interessante levar algumas delas a outras praias, para trocarem ideias sobre suas vidas e trabalho”.

No mês de dezembro (O LEME, 1973, p. 7), Ano 2, Nº3, argumenta a partir da problematização “o que é ser livre? Desenvolve os argumentos sobre a importância da cooperação para se libertar e se fortalecer. Exemplificam que “Os companheiros de Ponte dos Carvalhos receberam em sua sociedade as PESCADEIRAS de mangue e rio. Informa

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

que elas já fizeram um dia de estudo, apresentando sua vida dura de trabalho no mangue, sua luta tremenda pela sobrevivência.”

Abordando tema religioso, em abril (O LEME, 1975, p. 3), Ano 3, N<sup>o</sup>1, o texto publicado argumenta sobre a importância da cooperação a partir do exemplo de Jesus ressuscitado, ao convidar os discípulos para comer com ele um peixe na praia, numa retórica de conscientizar sobre a importância de partilhar e não ser individualista. A exemplo das mulheres de “Ponte dos Carvalhos, as pescadeiras que se lançaram numa luta comum para construir suas casinhas. Em verdadeira amizade elas se juntam, preparando a massa, carregando tijolo e telha, cavando os alicerces e fazendo aterro com o carrinho de mão.”

O tema do boletim, que envolve gênero e trabalho, foi publicado em abril (O LEME, 1978), Ano 6, no qual indaga, por que não reconhecem a profissão de Pescadeira? Na capa há uma ilustração de uma mulher com um peixe. Informa sobre as reuniões que estão programadas para Itapissuma, Itamaracá e Ponte dos Carvalhos. Noticiam que foi decidido que em Itamaracá as pescadoras vão se reunir todos os meses, um mês em cada localidade, que as pescadeiras de Ponte dos Carvalhos darão notícias das reuniões e que entrarão em contato com outras marisqueiras. A pauta principal delas é: Doenças/ INPS e Sociedade Mútua e Sindicato, INPS, FUNRURAL, a falta de direitos e a convocação a lutar por todos.

A publicação de maio (O LEME, 1981), Ano 9, relata sobre uma reunião na qual estavam presentes 86 pescadoras das colônias Z-04 (Acaú), (Goiana e Tejucupapo) Z-11 (Itamaracá), Z-10 (Itapissuma, Igarassu, Cuieiras), Z-08 (Pontezinha e Ponte dos Carvalhos). O principal assunto abordado foi a importância da Colônia para a organização dos pescadores (as) como classe de trabalhadores (as) para a conquista de direitos. Após o debate as pescadoras chegaram a algumas conclusões, acerca do que precisavam fazer para ter uma colônia que, de fato, trabalhasse em benefício dos (as) pescadores (as). Alguns ficaram responsáveis por multiplicar em suas localidades as questões e conclusões da reunião (p.7).

O boletim em julho (O LEME, 1984), Ano 12, traz a informação da ascensão de uma mulher ao cargo de presidente da Colônia de Pescadores, por motivos de doença o

presidente da Z-10 renunciou, assumindo a secretária (Margarida Mousinho). O texto informa que a nova presidente enfrenta muito machismo, principalmente dos pescadores mais velhos, mas segue fazendo o seu trabalho.

No mês de março (O LEME, 1985, p. 28), Ano 13, informa que as mulheres de Itapissuma, pela escassez de crustáceos, estão trabalhando na construção, na função de pedreiras, em obras da prefeitura e na limpeza urbana, mas continuam na mobilização política, não faltando às reuniões da Colônia de Pescadores.

## **VULNERABILIDADE DAS TRABALHADORAS DA PESCA NO COLETIM O LEME**

Questões que comprometem a saúde, assim como doenças causadas pelas atividades laborais<sup>21</sup>, também são narradas pelo periódico, e aparecem a partir das denúncias das pescadoras nas reuniões com os agentes da pastoral. A fome, a miséria, o trabalho em condições precárias e a poluição surgem como as principais causas.

Antes mesmo de serem reconhecidas pela Marinha de Guerra como profissionais da cadeia produtiva da Pesca Artesanal, (O LEME, 1974, p. 4), Ano 2, traz uma retrospectiva de uma reunião na qual houve debate sobre as demandas das pescadoras, dentre os principais problemas por elas listados, estão:

As suas condições de trabalho são muito mais miseráveis, pescando no mangue, entrando na lama às vezes até o pescoço, parecem mais caranguejos do que pessoas humanas; a renda da pescadora é ainda mais baixa do que a do homem; Águas poluídas e insetos prejudicam seriamente sua saúde; Elas não têm nenhuma segurança porque não estão inclusas na lei de previdência social.

Stadtler (2013, p. 1) destaca que as “pescadoras brasileiras têm em comum com outras trabalhadoras a histórica luta pela sustentabilidade da pesca como economia

---

<sup>21</sup> Tema de uma pesquisa coordenada pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade - GPDES, com o apoio da UFSC, UFBA, UFPA e UFPB, a qual realizaram grupos focais com pescadoras de Colônias de Pescadores de Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba e Pará. Os resultados da pesquisa foram publicados na cartilha: Gênero e Pesca Artesanal em Leitão (2012); no artigo: Gênero, Pesca e Cidadania em (LEITÃO, 2013).

familiar, direitos trabalhistas e previdenciários, e ainda a constante luta em combate à poluição e degradação ambiental”. A autora segue elencando alguns problemas que historicamente contribuem para as adversidades das pescadoras, tais quais: “a ausência de saneamento, o derramamento químico de indústrias e agrotóxicos, o lixo que somados a falta de fiscalização pública originam uma poluição tal que traz para as pescadoras consequências sérias para saúde”.

Na publicação de junho (O LEME, 1980), Ano 8, problematiza as desigualdades sociais a partir do Artigo II – Declaração Universal Dos Direitos Humanos, “todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, uma mensagem elaborada por meio de uma história em quadrinhos, chama a atenção para a fome e da miséria, suas causas e consequências. Na página (8) oito desta edição é contada a violência de classe e gênero que duas pescadoras de Itapissuma sofreram ao serem agredidas e ameaçadas por seguranças de uma fábrica, consequência da privatização dos acessos aos locais de pesca.

No mês de julho (O LEME, 1987, p. 04), Ano 15, descreve nesta edição o Relatório da V Assembleia Nacional do CPP, o texto faz um resumo das pautas da reunião e destaca a estratégia de provocar pescadores e pescadoras a trazerem símbolos da sua situação de vulnerabilidade e abandono “Uma pescadeira se apresentou, ela mesma símbolo e discriminação da mulher tanto na pesca como na organização da categoria.”

As mulheres são tema da edição de maio do Boletim (O LEME, 1988, p.3), Ano 16, quando divulga notícias dos trabalhos do CPP em diversas partes do Brasil e destaca a “Vitória das mulheres na Ilha de Deus, Recife, PE”. O texto conta a conquista, liderada pelas mulheres da Ilha após conseguirem<sup>22</sup> a construção da passarela que liga o local ao bairro da Imbiribeira. O nome da passarela escolhida pela assembleia do Conselho dos moradores foi “Vitória das Mulheres”.

A presença ativa das mulheres nas Colônias de Pescadores é tema da edição de agosto (O LEME, 1988), Ano 16, apresenta em destaque as notícias sobre a importância da conquista das colônias como entidade de representação de classe e sobre a constituinte.

Chama a atenção que no dia 31 de julho do corrente ano, 40 mulheres pescadoras

---

<sup>22</sup> A publicação foi suspensa de 1993 a 1997.

de várias praias de Pernambuco reuniram-se para fortalecer o engajamento político das Colônias.

O Boletim de junho (O LEME, 1997, p. 5), Ano 23, trata da conjuntura política no Brasil no período do governo de Fernando Henrique Cardoso e dialoga com os objetivos do milênio, chama a atenção sobre a notícia do reinício das atividades na Colônia Z-8 de Gaibu-PE, sob o comando de Josefa Ferreira Silva.

No mês de dezembro (O LEME, 2004, p. 1-3), Ano 32, informa que foi um ano importante no processo de mobilização das pescadoras, na primeira página o boletim destaca a mobilização das pescadoras da Bahia no Encontro Estadual de Mulheres Pescadoras e no Encontro Nacional. Na página (3) três há um texto intitulado “Participando sem medo de ser mulher”, no qual a coordenado do CPP da Bahia, Maria José Pacheco relata a mobilização das mulheres nos encontros estaduais organizados pela Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura e do Encontro Nacional das Pescadoras, na qual afirma que “as mulheres debateram com vigor suas demandas”. O texto chama a atenção que: “As pescadoras ousaram não só em propor mudanças de procedimento e comportamento do poder público, como também propuseram alteração da legislação onde está invisibilizado os seus direitos”.

Em síntese as narrativas que dizem respeito às mulheres pescadoras estão incluídas em 36 do total de 120 publicações identificadas e analisadas. No texto elaborado, se destaca, dentre os principais temas que são abordados, a luta das mulheres para legitimar-se enquanto pescadoras e pela sua inserção em espaços de luta, seja na Colônia, Federações e Confederação, ou em sociedades beneficentes. É importante atentar para o quanto ainda é atual a situação de vulnerabilidade das pescadoras, inclusive no que diz respeito ao agir governamental, que insiste em impor barreiras ao reconhecimento e ao empoderamento dessas mulheres, como é o caso do decreto N° 8.425, de 31 de março de 2015 e publicado em abril, modificando os critérios e exigências para a obtenção da carteira de pescadora profissional, expedida pela Ministério da Pesca e Aquicultura, e assim dificultando ainda mais o acesso dessas mulheres a recursos e políticas públicas. Com relação a essa realidade, (GERBER, 2013, p. 41) afirma:

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

É muito interessante pensarmos que o estado brasileiro, ao mesmo tempo em que dispõe de uma Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, que preconiza a igualdade, a simetria dos direitos, em outras dimensões, como o Ministério da Pesca e o INSS, por exemplo, tem dificuldade em reconhecer estes direitos como iguais invisibilizando mulheres que estão em certos espaços concebidos como masculinos, por partir do pressuposto que, ali, elas não poderiam estar.

Em 2016 a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foram aglutinados pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), respectivamente. Evidenciando o parco comprometimento do governo com essas pautas. Posteriormente no atual governo foram extintos os ministérios que de certa forma conduziam as demandas das pescadoras: Ministério do Trabalho, Ministério da Pesca e Aquicultura e Secretaria de Políticas para as Mulheres, afetando lutas históricas dos movimentos feministas e expondo o conservadorismo e a ausência de empenho do poder legislativo em erradicar as violências de gênero no trabalho.

## CONCLUSÃO

A análise das notícias de O LEME, consistiu em uma contribuição aos estudos sobre as mulheres, revelou que havia uma preocupação dos agentes do CPP com as condições ainda mais problemáticas das mulheres pescadoras. As trinta e seis notícias e reflexões identificadas e mapeadas sobre estas mulheres mostram a tendência da instituição em promover suas lutas por direitos e pela ocupação de espaços de poder e decisão. O trabalho de assistência da pastoral, certamente, foi impulsionador de organizações políticas e de conquistas das pescadoras, e o boletim foi importante instrumento de ressonância e difusão dessas movimentações.

Contudo, também é importante destacar que as demandas das mulheres eram apenas uma das pautas do boletim e do trabalho do CPP. As atividades da pastoral, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, período com maior número de exemplares do boletim investigados, eram voltadas para demandas muito básicas, uma vez que grande parte dos pescadores e pescadoras não sabia ler e escrever, não possuíam

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60



documentos, e estavam sob a tutela do Estado ditatorial, sem ao menos representantes legítimos ocupando a presidência das Colônias, Federações e Confederação, o que tornava as necessidades e reivindicações ainda mais distantes de serem alcançadas, isto é, a luta se concentrava em questões primárias, como a superação da miséria.

A pesquisa também revelou que a retórica religiosa do boletim torna o discurso com relação à emancipação e ao empoderamento das mulheres reticentes. Ora busca a ruptura dos padrões machistas na pesca, ora naturaliza os padrões de comportamentos sexistas e patriarcais, criando um paradoxo de ruptura e conservadorismo.

Um exemplo contundente, destas contradições está na edição de setembro (O LEME, 1979, p. 5) há uma afirmação que reforça o patriarcado e a naturalização da concepção de que a deve ser mulher cuidadora, abnegada, incompleta, que só se torna digna de respeito se estiver ao lado de um homem: “A mulher é a beleza do homem. Ela se sente muito feliz ao lado dele. Pois ele é uma segurança para ela. Se ela tem um companheiro todo mundo respeita”. Nesse sentido, as conclusões do boletim acabam por reforçar o papel coadjuvante da mulher e seu lugar eminentemente pertencente à esfera doméstica, do cuidado.

Não obstante, o boletim também incentiva a participação política das mulheres nas colônias e outras instâncias de decisão, um exemplo relevante está na edição de setembro (O LEME, 1982, p. 10) Ano 10, na qual são ilustradas quatro pirâmides hierárquicas para esboçar como a sociedade é dividida em classes e estamentos, em uma delas aparece a pirâmide da família, na qual o homem aparece no topo, seguido pela mulher e pelos filhos. Na mesma página a publicação tece uma crítica a essas estruturas de opressores e oprimidos, e afirma: “O reino dos céus é como uma grande ciranda”. Apesar disso, notamos que esses posicionamentos são parcós e espaçados, ou seja, o boletim não expressa uma rejeição consistente ao machismo, a narrativa é reticente quanto à crítica ao patriarcado, fica sempre por dizer que o machismo deveria a ser combatido e superado, uma contradição ao excelente trabalho de assessoria às pescadoras para conquistarem seus direitos e melhores condições de vida.

Ainda assim é inegável a contribuição do CPP e do boletim O LEME para algumas conquistas das mulheres no cenário da pesca. Principalmente se considerarmos que a

instituição esteve presente com assistência e assessoria onde o Estado não era apenas ausente, mas repressor e lesivo. Nesse sentido, avaliamos que ações como a da irmã Nilza Montenegro em Itapissuma foram significativas à organização e luta dessas mulheres.

Por fim, podemos inferir que a situação das mulheres pescadoras continua sendo mais precária dentro de uma atividade marcada historicamente por estar à margem da política econômica governamental, ainda que sem os trabalhos delas, sejam na esfera doméstica ou nas demais etapas da cadeia produtiva, a pesca não se reproduz (GERBER, 2013). Estes estudos sobre as mulheres pescadoras, a partir da epistemologia feminista, evidenciam que é necessário, com urgência, que as mulheres sejam vistas e contempladas por políticas públicas, que saiam da “invisibilidade” imposta não apenas pelas relações generificadas na pesca, mas pelo próprio Estado e que elas sejam legitimadas enquanto pescadoras, e não como esposas, filhas ou parentes de pescadores.

Possivelmente devido a história de lutas das pescadoras em Pernambuco, é neste estado que se operacionaliza a primeira política pública com transversalidade de gênero, o Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, mas este é um tema para um próximo artigo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado. In: FLEURY TEIXEIRA, Elizabeth (Org.). **Dicionário feminino da infâmia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis**. 1991. 120f. Orientadora: Ellen F. Woortmann. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Brasília – UnB, Brasília, 1991.

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma e MELLO, FIUZA, Alex de. (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 1, 1993, p. 63- 81.

BANDEIRA, Lurdes M.; Almeida, Tania M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista Do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Ceam**, v.2, n.1, p.35-46, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>.

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília: Convênio CEPAL-SPM, 2005.

FURTADO, Gilmar Soares. **Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de pescadores de Itapissuma**. 2010, 105 f. Orientadora Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

FOUCAULT, M. **El orden del discurso**. Barcelona: Tusquets, 1987.

GERBER, Rose Mary. **MULHERES E O MAR: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina**. 2013, 418 f. Orientadora: Sonia Meidner Maluf. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GONÇALVES, Amanda Pereira. **Narrativas e trajetórias de mulheres pescadoras: o discurso do boletim O LEME**. 2016, 102f. Orientadora: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

GUIMARÃES, Daniela Rodrigues; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Formação política em gênero: O processo de empoderamento da mulher pescadora em Pernambuco entre os anos de 2004 e 2014. **Revista Feminismos**, UFBA, v.7 n. 1. p, 26-40, jan./abr. 2019.

GUIMARÃES, Sarah Rodrigues; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca artesanal: reflexões sobre políticas públicas na Colônia de Pescadores Z-33 em Porto Jatobá, Pernambuco. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 347-361, abr./jun. 2020.

.KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marli, Et al. (Org.). **Trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-64.

LEITÃO, Maria do Rosário Fátima Andrade. Gênero e Cidadania: trabalho e meio ambiente. In: MARTINEZ Silvia Alicia; HELLEBRANDT Luceni (Org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos de Goytacazes RJ: EDUENF, 2019a. p. 141-162.

\_\_\_\_\_. Memórias, mulheres e poder na presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco. In: / SOUZA MONTEIRO, Solange Aparecida de (Org.). **Cultura [recurso**

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

eletrônico]: **conceito sempre em desenvolvimento**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019b. p. 87-98.

\_\_\_\_\_. Gênero, Pesca e Cidadania. **Amazônica. Rev. Antropologia**, Belém, UFPA, v.5, n.1, p. 98-115, 2013a.

\_\_\_\_\_. Gênero e trabalho: oficinas com mulheres pescadoras do litoral ao sertão de Pernambuco. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013b. p.51-78.

\_\_\_\_\_. **Gênero e pesca artesanal**. Recife: Ed. Liceu, 2012.

\_\_\_\_\_. Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal. In: RIAL, Carmem; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 103-124.

\_\_\_\_\_. (2009). Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: CALLOU FERNANDES, Angelo Brás; SALLET TAUKE, Maria. (Org.). **Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Tradicionais**. Recife: FASA, 2009, v. 1, p. 161-174.

LIMA, Claudia Maria de. **Transversalidade de Gênero, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal nas Comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma**. 2013, 103 f. Orientadora Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

LOWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 40-44.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ALVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Rev. Estud. Fem**, v. 20, n.3, p.713-737, 2012.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v.3, n. 2, p. 377-399, 1999.

PERUZZO, Cecília Maria K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília: UnB, 2006. P.1-17.

---

Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Amanda Gonçalves Pereira – p. 32-60

SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDA-Rural-PE (Org.). **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: Bagaço, v. 1, 2003. p. 27-42.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. p. 71-99, 1995.

STADTLER, Hulda. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. In: **Desafios Atuais dos Feminismos Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.**, 2013, Florianópolis. (Anais Eletrônicos). Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. p. 1 -12

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15 n.2, maio./ago. p. 476-484, 2007.

Recebido em: 07/07/2021 Aprovado em: 25/08/2021
--